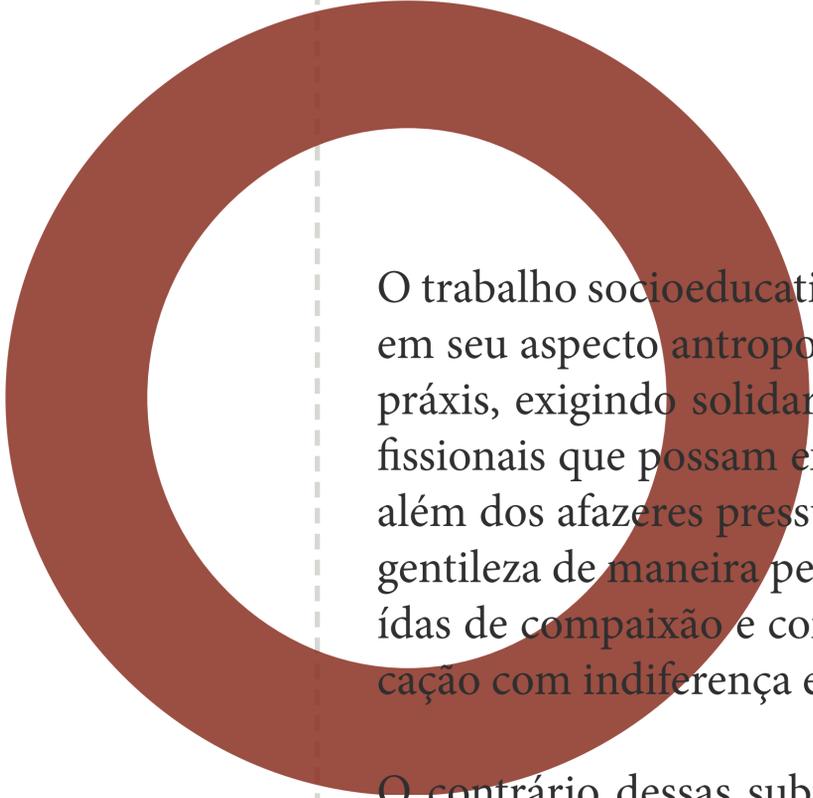

MÃES PRETAS DOS ACAUTELADOS

MULHERES NEGRAS, MATERNIDADE E
SOCIOEDUCAÇÃO

Erlon Couto Zacarias

O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO E O CUIDADO COM OS OPRIMIDOS



O trabalho socioeducativo em si é humanista por excelência, não somente em seu aspecto antropocêntrico e ético, mas também, e como tal, em sua práxis, exigindo solidariedade de classe que se combina com ações profissionais que possam extrapolar os deveres do agente público, indo mais além dos afazeres pressupostos a cada profissão, atingindo o exercício da gentileza de maneira permanente, combinada com ações fraternas, imbuídas de compaixão e comunhão com os oprimidos. Não se faz Socioeducação com indiferença e desprezo aos nossos adolescentes e suas famílias!

O contrário dessas subjetividades é o individualismo pequeno-burguês. São as letras mortas dos estudos acadêmicos, abstratos à realidade que divagam para a satisfação do ego. São os regimentos hipócritas, com suas regras e normas vazias. É a frieza alienada de onde se trabalha e com quem se trabalha. É o namoro com o fascismo através da brutalidade que diverte sádicos e fortalece a tortura, o machismo, o preconceito aos pobres, a discriminação aos marginalizados e excluídos, e cristaliza o racismo.

Destarte o tema do curso é incômodo e transformador, exigindo quebra de paradigmas por si, pois é um divisor de classes e personas, em si, e, quando se mescla ao seu propósito antirracista, clama por mudanças estruturais para si e sua coletividade negra, de adolescentes acautelados, mães pretas e famílias e socioeducadores.

INTRODUÇÃO

A escravização de povos negros no Brasil perdurou por quase quatro séculos, deixando sequelas sociais que fazem do Brasil um dos países mais racistas e violentos contra sua população afrodescendente. As mulheres negras são as que mais sofrem sendo atingidas por essa herança de pobreza, desemprego, baixos salários, discriminação e preconceitos que convergem, de maneira combinada, a práticas extremas de truculência, como a violência doméstica e o feminicídio, em uma sociedade patriarcal e machista. Sociedade que explora a erotização de seus corpos e reserva o tra-

balho doméstico para uma parcela expressiva de trabalhadoras e mães, pretas e de comunidades da periferia urbana fluminense, que ainda têm de lutar pela vida e recuperação de filhas e filhos acautelados no Sistema Socioeducativo. Estas mulheres, inseridas no contexto histórico-social do chamado “Brasil miscigenado”, são vítimas do racismo institucionalizado e seus apêndices de preconceito e discriminação étnico-social.

Nessa acepção, desenvolver um estudo sobre as “questões sociais¹” e as práticas racistas que envolvem as mães, mulheres negras e responsáveis por adolescentes acautelados nas instituições do DEGASE é um dos necessários desafios a ser encarado na luta antirracista institucional que reflete a tragédia dos flagelos sociohistóricos que atingem a população negra brasileira.

Dados do estudo Desigualdade Racial por Cor ou Raça no Brasil, realizado em 2018 pelo IBGE, apontam que o rendimento médio domiciliar per capita de pretos e pardos no Brasil era de R\$ 934, enquanto o de brancos era quase o dobro, chegando a R\$ 1.846.

Em relação ao mercado de trabalho, a maior diferença de rendimento é entre homens brancos e mulheres negras. Elas recebem menos da metade do que os homens brancos. Além disso, menos de 30% dos cargos gerenciais são ocupados por pretos ou pardos, enquanto 68,8% são ocupados por brancos.

O Brasil é o país do mundo que mais têm empregadas domésticas, com cerca de quase 7 milhões de pessoas no setor. Para cada 100 mulheres ocupadas no país, aproximadamente 4 são empregadas domésticas. É a maior categoria profissional de nosso país, com 80% de mulheres, entre as quais 82% são negras e apenas 1/3 possui carteira assinada.

Indicadores relacionados ao acesso ao saneamento básico revelam que 44% das pessoas pretas ou pardas não possuem nenhum serviço do tipo no Brasil. Com relação às pessoas brancas, esse número cai para 26,7%. A desigualdade também está presente no âmbito educacional. Estudos revelam que a taxa de conclusão do Ensino Médio de alunos pretos ou pardos é de 61%, enquanto a taxa na população branca atinge 76%.

Em 2015, a Pesquisa Nacional da Saúde Escolar, realizada pelo IBGE, com alunos do 9º ano, mostrou também que mais estudantes pretos ou pardos são expostos a situações de violência durante o ano escolar do que estudantes brancos. Eles também correm mais riscos no trajeto até o colégio. Levando em conta escolas públicas e privadas, calcula-se que 53,9% de estudantes negros estudam em áreas de risco em termos de violência contra

45,7% de alunos brancos.

O mesmo levantamento aponta que, entre todos os grupos etários, a taxa de homicídios da população preta ou parda supera a da população branca. Entre jovens, o número é ainda mais discrepante. Em 2017, a taxa de homicídios por 100 mil brasileiros foi de 98 mortes de negros contra 34 de brancos. O número sobe para 185 quando se trata de homens negros jovens.

Quando o assunto é violência doméstica, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2019, 29,8% das vítimas de feminicídio têm entre 30 e 39 anos, 70,7% têm apenas o Ensino Fundamental completo e 61% são negras. É importante também saber que pretos têm 62% mais chance de morrer por COVID-19, em São Paulo, por exemplo, epicentro do coronavírus no Brasil, segundo levantamento do Observatório Covid-19 e da Prefeitura de São Paulo.

Inseridas neste contexto socioeconômico de martírio e flagelos estão as mães de adolescentes acautelados no Sistema Socioeducativo fluminense, que serão nosso objeto de estudo e que carregam e trazem consigo os trágicos indicadores sociais supracitados que se agravam com o sofrimento do racismo estrutural e institucionalizado.

HIERARQUIA DE CLASSE EM GÊNERO E RAÇA

Tava durumindo cangoma me chamou
Estava durumindo cangoma me chamou
Disse levante povo cativo já acabou²

Após 132 anos da abolição, a mulher negra ainda vive na base da pirâmide social, representa a maior cota no trabalho doméstico, na terceirização, no trabalho informal e no trabalho temporário. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do período de 2004 a 2014, constata esse fato: 39,1% das mulheres negras ainda ocupavam postos precários, com renda de até dois salários mínimos, sem carteira assinada. Só em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando em limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, sendo que 61,6% do total, ou seja, 4 milhões eram negros e negras.

A taxa de desemprego, em 2009, era de 12% entre mulheres negras, com-

parada a 9% para mulheres brancas. Comparativamente, em termos de escolaridade, o Ipea, em 2011, apontava que a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%. Ou seja, os dados revelam que há hierarquia de gênero e raça.

Vale lembrar que, com a recente aprovação da reforma trabalhista, a tendência é potencializar ainda mais a discriminação e tornar as mulheres negras mais vulneráveis frente aos patrões, com a ampliação da jornada de trabalho, sem regulamentação de direitos, além de reforçar a ideia de que os trabalhos subalternizados cabem à mulher negra. Num país em que 39,8% das mulheres negras chefiam suas famílias, segundo o IBGE (2014), e que há famílias inteiras em que a única renda é o benefício da Previdência, não é difícil imaginar quem mais será prejudicada com a reforma da Previdência.

Sobre Maternidade e Infância

A relação entre mãe e filho é marcada, tradicionalmente, pela responsabilidade da mãe em educar os filhos, conforme as ideias morais da sociedade burguesa e da religião. O que se espera dela é que coloque o filho em contato com o mundo, em outras palavras, a ela é lançada toda a obrigação de educar os filhos.

Essa afirmação é presente em discursos religiosos, governamentais e científicos que reforçam o entendimento social de que a educação dos filhos é, sobretudo, uma responsabilidade das mães.

A responsabilidade da mulher pela educação dos filhos e pela manutenção da família nuclear nasce historicamente no fim do século XVII, período que foi marcado pela mudança de concepção dos sentimentos.

Consequentemente, foi neste período em que foi alterado o entendimento sobre maternidade e infância, posto que, até o século XII, a infância, nos padrões que conhecemos hoje, não existia, como afirma Philippe Ariès (1975) em seu livro “A História Social da Criança e da Família” no qual ele apresenta uma síntese histórica do surgimento da infância, recorrendo a fontes como pinturas e telas, para demonstrar que a representação em torno das crianças foi radicalmente modificada. Antes eram vistas como adultos em miniaturas, passando, então, a ter sua imagem associada à pureza e à inocência dos anjos, ganhando, posteriormente, tanto a infância quanto a maternidade representações cristãs nas figuras do menino Jesus e da Virgem Maria.

Patriarcado e Machismo

A maternidade alicerçada na responsabilidade exclusiva das mulheres é nitidamente uma instituição influenciada pelo patriarcado, ao impor um estilo obrigatório para mulheres cuja função seria, portanto, a de disciplinar e cuidar dos filhos. Além disso, a maternidade é classificada com base em um padrão ideal, avaliado na flexibilização da mãe em abdicar seus projetos pessoais, profissionais e políticos em prol da dedicação incondicional aos filhos, o que hoje é pautado pela jornada tríplice de labor: trabalho, cuidar da casa, cuidar da prole... e, em pouquíssimos casos, estudar.

Mães Pretas: Estigma, Criminalização do Corpo e Racismo

Apresentar-se como mãe e responsável de um adolescente acautelado no Sistema Socioeducativo é receber o estigma e o rótulo de mãe de vagabundo e mãe de bandido, como sinônimo direto de responsabilização e cumplicidade junto a seus filhos e filhas socioeducandos.

O julgamento, acompanhado do preconceito, carrega os valores morais burgueses que acentuam a discriminação dessas mulheres, a partir do gênero, estendendo-se às condições socioeconômicas e ao racismo.

A moral burguesa que permeia as relações interpessoais e as práticas institucionais no Brasil reflete as relações sociais de produção vigentes e o completo desprezo pela situação da população negra atual, que descamba no senso comum, nas mentalidades e ideologias de racismo, sendo a mulher preta o grupo social de maior fragilidade e vulnerabilidade neste contexto social de barbárie.

EPÍLOGO PARA UM NECESSÁRIO RECOMEÇO

Investigar ações e práticas de racismo em uma estrutura institucional não é uma tarefa fácil e exige desde já a escolha e posicionamentos do pesquisador. É uma opção classista que polemiza e desmonta discursos de imparcialidade na academia.

Os métodos e metodologias são aplicados, mas a ótica e o prisma dissertativo não devem ser indiferentes aos oprimidos. Centenas de mulheres negras, mães e avós, ao vivenciarem a passagem de seus filhos e filhas no Sistema Socioeducativo, iniciam uma trajetória de luta, resistência e defesa da vida de sua prole, enfrentando seus próprios martírios e racismos. Precisamos contar estas histórias.

NOTAS

1. Yamamoto (2010) aponta que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que, na sociedade burguesa, a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana. E esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. (TOMAZ, M. 2013).
2. JESUS, Clementina. Cangoma. Ponto de Jongo. Cangoma ou angoma é um tambor grande que avisa, no registro da canção, o fim da escravidão, como os sinos das igrejas que tocavam avisando e marcando os momentos importantes da vida da comunidade. A palavra "cangoma" significa também "festa dos tambores". Fazer um Cangoma significa "vamos festejar".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. História Social da Família e da Criança. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

BRITO, Maíra de Deus. História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”. 2017. 102 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CARPANEZ, Juliana. UOL. "Somos consideradas cúmplices": como é a vida das mães de filhos presos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/13/maes-de-presos.htm> Acesso em: 13 maio 2018.

CARVALHO, Ivy. O fetiche do “empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, Carlos (org.) O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In GOMES, Flávio (org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DEL PRIORE, L. M. Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: Escuta, 1993.

DEL PRIORE, L. M. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto. São Paulo: Edunesp, 2000.

FORNA, A. Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos et al. Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília (DF), ano 2, n. 3, jan./jun. 2001. p. 6-16, ISSN 2238-1856

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista. Ano 4, n. 5 , Fev 2017.

MARCONDES, Mariana Mazzini (org) et al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília : IPEA.2013.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Anita. 2001.

PAULO NETTO, P. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis, Brasília (DF), ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

REVISTA POLÍTICAS PÚBLICAS. Maranhão. Número especial da VI JOINPP. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. v. 18, 2014.

TOMAZ, Marianna Andrade. A Questão Social no Capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. Anais. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6., 2013, UFM (Universidade Federal do Maranhão).

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.